

## SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A.RF/PA

# Estudo Técnico Preliminar 10/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-721.776/2026-69

## 2. Descrição da necessidade

**Serviço de limpeza com ponto eletrônico**, fornecimento de materiais e informações, pelo prazo de 03 anos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para as unidades da Receita Federal no Amazonas, Amapá e Roraima. O posto de trabalho desejado é para Agente de Limpeza e Encarregado.

Conforme os documentos de demanda as necessidades são as seguintes:

A prestação dos serviços de limpeza e conservação é condição *sine qua non* para o pleno funcionamento das unidades da Receita Federal do Brasil (RFB). A manutenção de ambientes salubres e organizados garante o suporte logístico necessário para que os servidores possam desempenhar suas atribuições de fiscalização, arrecadação e controle aduaneiro de forma ágil, eficiente e segura, focando exclusivamente nas competências finalísticas do órgão.

Nesse contexto, a terceirização mostra-se indispensável, uma vez que o quadro de pessoal da Receita Federal do Brasil não contempla cargos efetivos com atribuições compatíveis com os serviços demandados, conforme as Leis nº 11.457/2007 e nº 11.907/2009, tratando-se de atividades de natureza continuada e passíveis de execução indireta, nos termos do Anexo I da Lei nº 9.632/1998, do art. 3º, §1º, do Decreto nº 9.507/2018 e do art. 1º, parágrafo único, da Portaria MP nº 443/2018. Ademais, a contratação integra estratégia institucional de unificação dos contratos de apoio administrativo e operacional na 2ª Região Fiscal, visando à racionalização administrativa, à redução do número de processos licitatórios e contratos vigentes, ao aprimoramento da fiscalização contratual e à obtenção de ganhos de escala, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Lei nº 9.632/1998. Art. 2º As atividades correspondentes **aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta**, conforme vier a ser disposto em regulamento.

Decreto 9.507/2018. Art. 3º, § 1º **Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta**, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Portaria MP 443/2018. Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (...) XIV - **limpeza**.

A realização de novo certame decorre da inexecução contratual e má prestação de serviços verificada nos contratos vigentes. A manutenção dos instrumentos atualmente em vigor mostra-se juridicamente inviável, impondo a adoção de nova contratação para garantir a continuidade dos serviços de forma regular, legal e sustentável.

A centralização dos serviços em único instrumento contratual permitirá maior padronização da execução, melhor alocação dos postos de trabalho, fortalecimento da gestão e da fiscalização contratual e mitigação dos riscos de descontinuidade. Essa medida contribui para gestão mais eficiente dos recursos públicos e para a manutenção da capacidade operacional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal.

A contratação ora proposta revela-se necessária, adequada e proporcional, estando alinhada ao planejamento institucional, aos princípios que regem a Administração Pública e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, constituindo-se no meio mais eficaz para garantir a continuidade e a excelência dos serviços prestados à sociedade.

A nova contratação substituirá os seguintes instrumentos:

**VIGENCIA CONTRATO ATUAL (AMAZONAS)**

Razão Social	CNPJ	Processo	Contrato	vigência
PWA FACILITIES - GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA	36.999.665/0001-06	10280.728603/2024- 18	SRRF02 Nº 17/2025	27/03/2026

**VIGENCIA CONTRATO ATUAL (AMAPÁ)**

Razão Social	CNPJ	Processo	Contrato	vigência
PWA FACILITIES - GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA	36.999.665/0001-06	10280.728603/2024- 18	SRRF02 Nº 05/2025	28/01/2027

**VIGENCIA CONTRATO ATUAL (Roraima)**

Razão Social	CNPJ	Processo	Contrato	Término da vigência
SARAM SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	11.056.054/0001- 95	10280.737393/2023- 60	SRRF02 Nº 09/2024	31/05/202 6

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIPOL SRRF02	Annette Lobato Martins
Gabinete/SRRF02	Bruno da Rocha Leite

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução adequada para suprir a carência estrutural de pessoal nas atividades de limpeza da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal deve atender a requisitos específicos que garantam a continuidade, a qualidade e a segurança na prestação dos serviços públicos, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade ambiental e social.

Os requisitos técnicos compreendem a qualificação profissional dos trabalhadores alocados, a disponibilização de equipamentos, ferramentas e materiais adequados à execução dos serviços, o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual compatíveis com as atividades desempenhadas, e a comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa contratada. A natureza das atividades exige profissionais com formação específica, experiência comprovada.

Os requisitos funcionais relacionam-se à forma de prestação dos serviços, abrangendo o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a definição de jornadas de trabalho compatíveis com as necessidades institucionais (08 horas diárias, e escala 12x36 para postos específicos), a substituição imediata de profissionais em casos de ausência ou afastamento, e a supervisão técnica permanente por preposto da contratada. A execução dos serviços deve assegurar a presença física contínua dos profissionais nos locais designados, com capacidade de resposta imediata às demandas operacionais das unidades da Receita Federal.

Os requisitos operacionais estabelecem as condições de execução dos serviços, incluindo a distribuição geográfica dos postos de trabalho nas unidades localizadas em 03 (três) estados da região Norte (AM, AP e RR), o controle de frequência e produtividade, os procedimentos de segurança da informação e patrimonial, a destinação ambientalmente adequada de resíduos quando aplicável, e os mecanismos de comunicação e coordenação entre a contratada e a fiscalização contratual. A solução deve contemplar a logística necessária para atendimento simultâneo de unidades situadas em localidades remotas e de difícil acesso, garantindo padronização de procedimentos e uniformidade na qualidade dos serviços prestados em toda a região.

Por serem serviços comuns de natureza continuada, sob dedicação exclusiva de mão de obra, os postos de Agente de Limpeza e Encarregado deverão ser contratados através de pregão eletrônico e a contratação deverá ter a duração de 03(três) anos, prorrogável até 10 (dez) anos, conforme art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Segue descrição sucinta das atividades de cada posto, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e tabela com o Perfil dos cargo:

**1. Faxineiro (CBO 5143-20)** para limpar recintos e acessórios, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

**2. Encarregado/supervisor (CBO 4101-05)** para supervisionar e coordenar o serviço de limpeza, chefiando diretamente a equipe de faxineiros e administrando os materiais de consumo.

*CATSER 24023 - Prestação de serviço de limpeza e conservação – outras necessidades.*

A leitura da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e de Editais de mão de obra em geral permitem identificar alguns requisitos desejáveis, conforme segue:

I. A Contratada deverá prestar as atividades continuadas típicas do serviço, por intermédio de profissional que apresente as competências pessoais típicas do serviço, conforme descrito no Relatório Tabela de Atividades e no relatório de competências pessoais do respectivo código da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

II. O profissional que ocupar o posto de trabalho deverá ter:

- a) experiência profissional;
- b) boa apresentação, descrição e iniciativa; e
- c) boa dicção, polidez no trato com o público e colegas de trabalho.

III. O profissional que ocupar o posto de trabalho NÃO poder ter:

- a) idade inferior a 18 anos;
- b) parentesco com nenhum ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Superintendência da Receita Federal da 2ª Região Fiscal ou suas unidades jurisdicionadas (Decreto nº 7.203);

IV. A Contratada deverá orientar e instruir o ocupante do posto de serviço sobre a necessidade de:

- a) evitar uso de telefone para assuntos pessoais durante o horário de expediente;
- b) prestar o serviço de forma adequada, sem nenhuma anormalidade que comprometa as atividades da Administração;
- c) comparecer ao trabalho sempre uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- d) zelar pela satisfação dos servidores e do público em geral em relação aos serviços prestados, corrigindo eventuais queixas;
- e) se manter sempre presente nos horários predeterminados pela Administração;
- f) se portar de forma adequada, sem cometer falta disciplinar;
- g) comunicar a CONTRATANTE caso eventualmente sua remuneração não venha a ser paga pela CONTRATADA nos prazos e valores pactuados;
- h) respeitar o sigilo das informações obtidas na execução dos serviços, e
- i) cultivar hábitos de limpeza pessoal e do ambiente de trabalho.

Os serviços serão executados integralmente nas dependências da Contratante, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sob fiscalização permanente da Administração e coordenação de preposto da Contratada, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, assim, não se mostra necessária a exigência de manutenção prévia de estrutura física da empresa na localidade da prestação dos serviços.

Da mesma forma, não será exigida vistoria prévia das instalações, pois as características dos ambientes não apresentam variáveis técnicas relevantes que comprometam a formulação das propostas, sendo suficientes as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência para sua adequada elaboração. A vistoria será facultativa, podendo ser realizada pelos interessados

que desejarem conhecer previamente as instalações, não constituindo requisito de habilitação ou condição de participação. A sua não realização não poderá ser alegada como justificativa para descumprimento contratual, pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou desconhecimento das condições de execução, uma vez que todas as informações necessárias encontram-se devidamente disponibilizadas nos documentos do certame.

Para a presente contratação, deverá ser exigida a comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução anterior de serviços de limpeza com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo 03 anos de experiência e 40 postos de trabalho, similar à contratação. Tal exigência justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada possua estrutura administrativa e capacidade gerencial compatíveis com a complexidade e a escala do objeto, considerando tratar-se de contratação que envolve 40 postos de trabalho distribuídos no âmbito da 2ª Região Fiscal. A comprovação de experiência em escala relevante visa mitigar riscos identificados na fase de planejamento, especialmente aqueles relacionados à descontinuidade dos serviços, à incapacidade de mobilização tempestiva de profissionais e ao eventual inadimplemento de obrigações trabalhistas.

Com vistas à preservação da competitividade do certame, admite-se o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, desde que demonstrada experiência operacional compatível com a dimensão da contratação.

Na habilitação econômico-financeira, deverá ser exigida a comprovação dos indicadores tradicionais de liquidez maior que um, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor anual do contrato e Capital Circulante Líquido de 16,66% também do valor anual do contrato. Tais exigências econômico-financeiras fundamentam-se na necessidade de mitigar riscos de inadimplência trabalhista e previdenciária, os quais poderiam ensejar responsabilidade subsidiária da Administração Pública, além de comprometer a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços. Além disso, pede-se a inclusão de um indicador novo para exigir saldo mínimo de disponibilidades financeiras imediatas (caixa e equivalente caixa) igual a um mês de serviço, pois o contrato exige que a empresa pague todas as despesas primeiro, comprove e depois receba da administração, sendo então.

Deverá ser adotado o mecanismo de conta vinculada de depósitos de encargos trabalhistas, nos termos da Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 5/2017, como instrumento preventivo destinado a assegurar o adimplemento das obrigações decorrentes da relação de emprego com os profissionais alocados nos postos de trabalho. O pagamento será feito mediante Conta Vinculada por ser mais simples e eficiente do que a alternativa de Fato Gerador, vide consulta jurídica no e-processo 10240-722.787/2022-17.

A conta vinculada terá por finalidade garantir o depósito mensal de valores correspondentes a parcelas de encargos trabalhistas de pagamento diferido — férias, abono de férias, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e contribuição social —, nos percentuais definidos pela Administração com base na planilha de custos e formação de preços. A movimentação dos recursos ficará condicionada à autorização da Contratante, nos termos e condições a serem estabelecidos no Edital.

A adoção desses critérios visa assegurar contratação eficiente e alinhada aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da adequada gestão de riscos operacionais identificados na fase de planejamento, constituindo instrumento de proteção ao interesse público e de preservação da regularidade na prestação dos serviços.

Não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, capacitação dos técnicos do contratante ou do novo contratado.

Não haverá possibilidade de subcontratação total ou parcial do objeto dos serviços, em conformidade com a faculdade conferida à Administração pelo art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

A vedação fundamenta-se:

- Na natureza indivisível dos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, que exigem vínculo direto entre a empresa contratada e os profissionais alocados, com subordinação jurídica efetiva, pessoalidade e habitualidade;
- Nos riscos ampliados à segurança patrimonial e da informação decorrentes do acesso de múltiplas empresas e pessoas a instalações sensíveis da Receita Federal, documentos sigilosos, mercadorias apreendidas;
- Na complexidade insustentável que a subcontratação adicionaria à fiscalização de 40 postos distribuídos nas diversas unidades em 03 (três) Estados;
- Nos riscos jurídico-trabalhistas de responsabilização subsidiária da Administração por inadimplemento de obrigações das subcontratadas, conforme Súmula nº 331 do TST; e
- No objetivo estratégico de consolidação contratual que visa superar a fragmentação atualmente existente em 03 (três) contratos vigentes, sendo que permitir a subcontratação reproduziria internamente essa dispersão, anulando os ganhos de escala, padronização e eficiência que justificam a unificação. A empresa contratada deverá, portanto, executar diretamente todos os serviços com pessoal próprio, regularmente admitido mediante vínculo empregatício regido pela CLT, assumindo integralmente a responsabilidade pela gestão, supervisão, capacitação e controle dos profissionais alocados.

Os critérios de sustentabilidade ambiental e social devem permear todos os aspectos da contratação. No aspecto ambiental, exige-se a adoção de práticas de gestão de resíduos sólidos, a preferência por produtos e materiais com certificação ambiental ou reciclados, a utilização racional de recursos naturais como água e energia elétrica, e o controle de emissões atmosféricas quando aplicável. No aspecto social, a contratação deve promover condições dignas de trabalho, respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários, programas de capacitação profissional, observância às normas de saúde e segurança do trabalho, e preferência pela contratação de mão de obra local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas.

Deverão ser observados o disposto na Lei nº12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. - Instrução Normativa no. 5/2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional) - Instrução Normativa SLTI /MPOG nº1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).

A contratação de serviços deverá prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber (como obrigações da contratada):

- I. Separação e destinação adequada de resíduos recicláveis e orgânicos e uso de materiais biodegradáveis, preferência por materiais duráveis com menor impacto ambiental;
- II. Uso racional de energia elétrica e adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- III. Fornecimento de uniformes em tecido sustentável ou fibras recicladas, além de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- IV. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- V. Execução das atividades com observância de rotinas, fluxos e orientações institucionais.

O local de prestação de serviços para todos os postos será principalmente na sede da administração, porém, o serviço poderá ser eventualmente prestado em local diverso, sempre à serviço da administração, em casos devidamente justificados, a exemplo de palestras e eventos.

Fica desde já acordado que no caso de alteração de endereços na sede da Administração a CONTRATADA deverá promover a alteração no local dos serviços; e em sendo essa alteração fora da região metropolitana a alteração somente acontecerá com a concordância da CONTRATADA.

Deverá também a CONTRATADA providenciar ponto eletrônico para os seus colaboradores.

Deverá ainda a empresa CONTRATADA providenciar todos os materiais e equipamentos, nos quantitativos mínimos necessários para a efetiva e regular execução dos serviços demandados pela Administração.

Em razão das especificidades geográficas da 2ª Região Fiscal, que abrange unidades situadas em municípios com infraestrutura urbanística limitável ou inexistente de transporte público coletivo, a CONTRATADA deverá, previamente ao início da prestação dos serviços em cada localidade, verificar a existência de sistema de transporte público regulamentado e a cobertura das respectivas convenções coletivas de trabalho aplicadas a cada município quanto ao benefício de vale-transporte.

Nas localidades em que não houver transporte público regulamentado ou em que a convenção coletiva não discipline adequadamente a hipótese, a CONTRATADA deverá adotar solução alternativa que assegure o deslocamento do colaborador até o posto de trabalho.

Os horários de prestação dos serviços serão de segunda a sexta no horário compreendido entre às 07 e 19 horas com no mínimo uma hora de descanso. Os endereços estão informados em anexo próprio e separado.

## 5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de mercado para identificação de soluções aptas ao suprimento de mão de obra destinada às atividades de limpeza foi realizada por meio da análise de editais e contratos vigentes de órgãos da Administração Pública Federal, com destaque para a própria Receita Federal do Brasil, o Ministério da Fazenda, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal. Adicionalmente, a consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) evidenciou que contratações dessa natureza são amplamente adotadas por órgãos das esferas federal, estadual e municipal, demonstrando a consolidação do modelo de terceirização de atividades-meio como solução eficiente, economicamente vantajosa e compatível com as boas práticas de gestão pública.

### Tipos de Solução Identificados

A análise de mercado permitiu identificar três tipos principais de solução para o suprimento da necessidade de mão de obra para atividades de limpeza, cada qual com características, metodologias, tecnologias e níveis de inovação distintos:

**Solução 1 - Terceirização por Dedicção Exclusiva de Mão de Obra:** Modelo tradicional no qual a empresa contratada aloca profissionais em regime de dedicação exclusiva para prestação de serviços nas dependências da Administração, fornecendo equipamentos, uniformes e EPIs necessários, assumindo integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários. A gestão operacional é compartilhada entre a contratada, responsável pela supervisão técnica e administrativa dos profissionais, e a contratante, responsável pela fiscalização e orientação quanto às atividades a serem desempenhadas.

**Solução 2 - Terceirização por Tarefa ou Resultado:** Modelo pontual no qual a contratação foca na execução de tarefas específicas e delimitadas, com pagamento por etapa concluída, unidade de medida ou ordem de serviço executada. Este modelo é ideal para pequenos trabalhos, execução rápida, equipe pequena e serviços que não exigem a complexidade de um projeto completo ou de longo prazo. Exemplos incluem reparos emergenciais de manutenção predial, entregas pontuais de documentos ou mercadorias, serviços eventuais de jardinagem ou limpeza específica. A empresa contratada dimensiona os recursos necessários para cada tarefa, sendo remunerada após a conclusão e aceitação do serviço, sem necessidade de alocação permanente de profissionais.

**Solução 3 - Gestão Integrada por Facilities Management:** Modelo mais sofisticado e inovador, no qual uma única empresa especializada em gestão de *facilities* assume a responsabilidade pela provisão integrada de múltiplos serviços de apoio (portaria, limpeza, manutenção, transporte, copa, almoxarifado), utilizando metodologias avançadas de gestão, sistemas informatizados de controle e monitoramento, indicadores de desempenho em tempo real, e soluções tecnológicas como controle de acesso biométrico, rastreamento de veículos por GPS, gestão automatizada de estoques e plataformas digitais de comunicação. A lógica é: concentrar a gestão operacional do ambiente físico em um único interlocutor, transferindo para ele a coordenação dos serviços de suporte

**Tabela Comparativa das Soluções**

TIPO DE SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<b>Solução 1: Terceirização por Dedicção Exclusiva de Mão de Obra</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modelo consolidado e amplamente utilizado na Administração Pública;</li> <li>Segurança jurídica quanto à conformidade com a legislação trabalhista;</li> <li>Facilidade de fiscalização e controle da execução contratual;</li> <li>Flexibilidade para redistribuição de profissionais entre unidades mediante acordo</li> <li>Mercado amplo e competitivo de empresas especializadas;</li> <li>Previsibilidade orçamentária com custos mensais fixos por posto;</li> <li>Adequação às especificidades de cada função (portaria, motorista, copeiragem, etc.);</li> <li>Possibilidade de definição precisa de requisitos técnicos e padrões de qualidade; e</li> <li>Facilita a aplicação de sanções por descumprimento contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de supervisão mais próxima pela Administração;</li> <li>Menor incentivo à inovação e melhoria contínua de processos;</li> <li>Rigidez na alteração de quantitativos durante a vigência contratual;</li> <li>Potencial judicialização de questões trabalhistas envolvendo a Administração; e</li> <li>Menor integração entre os diferentes serviços contratados.</li> </ul>
<b>Solução 2: Terceirização por Tarefa ou Resultado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pagamento somente pelo serviço efetivamente executado;</li> <li>Flexibilidade para dimensionamento de recursos pela contratada;</li> <li>Adequado para demandas pontuais e esporádicas;</li> <li>Redução de custos fixos para serviços eventuais;</li> <li>Simplicidade na mensuração e aceitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incompatível com serviços que exigem presença física diária e ininterrupta (portaria 8h/dia, copeiragem 8h/dia);</li> <li>Impossibilidade de garantir continuidade operacional para atividades essenciais;</li> <li>Risco de desabastecimento de mão de obra em momentos críticos;</li> <li>Complexidade excessiva na emissão e controle de múltiplas ordens de serviço diárias;</li> <li>Custos administrativos elevados para gestão de numerosas tarefas fragmentadas;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>de entregas; e</li> <li>• Ideal para pequenos trabalhos e execução rápida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de padronização de procedimentos e qualidade;</li> <li>• Instabilidade operacional incompatível com atividades de segurança patrimonial e controle de acesso; e</li> <li>• Inadequada para a necessidade identificada.</li> </ul>
<b>Solução 3: Gestão Integrada por Facilities Management</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão unificada e integrada de múltiplos serviços;</li> <li>• Utilização de tecnologias avançadas de controle e monitoramento;</li> <li>• Indicadores de desempenho em tempo real;</li> <li>• Otimização de recursos e processos;</li> <li>• Maior capacidade de inovação e melhoria contínua;</li> <li>• Redução da fragmentação contratual;</li> <li>• Simplificação da fiscalização pela Administração;</li> <li>• Expertise especializada em gestão de facilities;</li> <li>• Ganhos de escala e economia de escopo;</li> <li>• Padronização de procedimentos e qualidade em todas as unidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custos iniciais elevados de implantação de sistemas e tecnologias;</li> <li>• Complexidade de transição entre contratos;</li> <li>• Necessidade de investimento em infraestrutura tecnológica pela Administração;</li> <li>• Possível sobrepreço decorrente da exclusividade e especialização; e</li> <li>• Carência de experiência prévia da SRRF02 neste modelo.</li> </ul>

### Escolha da Solução e Justificativa Técnica e Econômica

Após análise das alternativas identificadas no levantamento de mercado, considerando as especificidades da necessidade da SRRF02, as características do mercado fornecedor na região Norte, os princípios da eficiência e economicidade, e a experiência acumulada pela Receita Federal do Brasil em contratações similares, recomenda-se a adoção da Solução 1 - Terceirização por Dedicção Exclusiva de Mão de Obra como o tipo de solução mais adequado para atender ao interesse público.

**Justificativa Técnica:** Do ponto de vista técnico, a terceirização por dedicação exclusiva de mão de obra apresenta-se como o modelo mais apropriado em razão da natureza dos serviços demandados, que exigem presença física permanente de profissionais qualificados em diversas unidades administrativas geograficamente dispersas em três Estados da região Norte. Serviços de limpeza caracterizam-se como serviços continuados, definidos pelo art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021 como aqueles "cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro".

Tais serviços requerem dedicação integral, pontualidade, confiabilidade e aderência a procedimentos padronizados de segurança, caracterizando-se pela habitualidade e onerosidade típicas da relação de emprego. A necessidade de presença diária e ininterrupta de agentes de limpeza demonstra inequivocamente a inadequação da Solução 2 (terceirização por tarefa), que se destina a trabalhos pontuais, esporádicos e de curta duração.

A experiência consolidada da Receita Federal do Brasil e de outros órgãos federais com o modelo de terceirização por dedicação exclusiva de mão de obra demonstra sua adequação técnica e operacional, com facilidade de fiscalização, clareza na definição de obrigações contratuais, possibilidade de especificação precisa de requisitos de qualificação profissional, uniformes, equipamentos de proteção individual e padrões de desempenho. A alocação de profissionais em regime de dedicação exclusiva permite o estabelecimento de vínculo de confiança entre os trabalhadores e a Administração, essencial para serviços que envolvem acesso a informações sensíveis e controle de entrada e saída de pessoas nas instalações da Receita Federal.

**Justificativa Econômica:** Sob a perspectiva econômica, a terceirização por dedicação exclusiva de mão de obra configura a solução com a melhor relação custo-benefício entre as alternativas analisadas. A contratação de empresa especializada afasta a necessidade de manutenção de quadro próprio para atividades-meio, evitando custos fixos e permanentes relacionados a encargos trabalhistas, férias, décimo terceiro salário, FGTS, benefícios, capacitação e gestão de recursos humanos, os quais se mostrariam significativamente superiores aos custos inerentes à terceirização.

A Solução 2, consistente na terceirização por tarefa, revela-se tecnicamente inadequada para a execução de serviços de natureza continuada e permanente, por não assegurar previsibilidade, regularidade e continuidade compatíveis com as necessidades institucionais. A Solução 3 (*facilities management*), por sua vez, embora represente modelo mais sofisticado sob o aspecto gerencial e tecnológico, com potencial de racionalização de processos, mostra-se economicamente inviável para o atendimento da presente demanda. Sua implementação demandaria investimentos iniciais significativos em sistemas informatizados, estrutura de gestão centralizada e adaptação de procedimentos operacionais, custos que não se traduzem em ganhos proporcionais diante da natureza intensiva em mão de obra, da heterogeneidade dos serviços demandados e da ampla dispersão geográfica das unidades da SRRF02.

O modelo de dedicação exclusiva de mão de obra proporciona elevada previsibilidade orçamentária, com custos mensais fixos e previamente definidos, favorecendo o planejamento financeiro e mitigando riscos de desequilíbrio orçamentário decorrentes de demandas imprevistas ou variações de preços unitários. Além da possibilidade de celebração de contrato com vigência de 03 (três) anos, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, confere maior estabilidade aos custos e facilita a programação e a execução orçamentária ao longo dos exercícios financeiros.

Nesse contexto, a adoção da terceirização por dedicação exclusiva de mão de obra fundamenta-se na conjugação de critérios técnicos — adequação à natureza continuada e permanente dos serviços, segurança jurídica, facilidade de fiscalização e existência de mercado fornecedor qualificado — e critérios econômicos — economicidade, previsibilidade orçamentária e melhor relação custo-benefício —, configurando-se como a solução mais adequada e alinhada ao interesse público no âmbito da presente contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, mediante fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, abrangendo três categorias profissionais distintas: Agente de Limpeza e Encarregado. A prestação dos serviços será executada em diversas unidades da Receita Federal do Brasil distribuídas estrategicamente nos Estados do Amazonas, Amapá e Roraima, totalizando 40 postos de trabalho com jornadas de 08 horas diárias e escala 12x36, conforme as especificidades operacionais de cada serviço/unidade.

A solução estrutura-se em modelo integrado de gestão contratual que combina a responsabilidade técnica e administrativa da empresa contratada pela alocação, treinamento, supervisão e controle dos profissionais terceirizados, com a fiscalização e orientação da Administração quanto às atividades a serem desempenhadas e aos padrões de qualidade e segurança exigidos. A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços, assumindo integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e securitários decorrentes da relação de emprego com os profissionais alocados, sem qualquer vínculo empregatício destes com a Administração Pública.

A integração dos diversos componentes da solução será assegurada mediante a designação de preposto da contratada com dedicação exclusiva para coordenação operacional, comunicação permanente com os fiscais do contrato, gestão de recursos humanos, controle de qualidade e resolução tempestiva de demandas e não conformidades. A padronização de procedimentos, uniformes, equipamentos e padrões de desempenho em todas as unidades atendidas garantirá a uniformidade na prestação dos serviços, facilitando a fiscalização, o controle gerencial e a percepção de qualidade pelos usuários internos e externos dos serviços da Receita Federal.

A solução proposta abrange a logística necessária ao atendimento das unidades remotas, em conformidade com os critérios e requisitos estabelecidos no Termo de Referência e na respectiva estimativa de custos.

Para a adequada execução do objeto, prevê-se a alocação de 40 postos de serviço, distribuídos em três categorias funcionais: Agente de Limpeza e Encarregado. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista que o objeto se caracteriza como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em especificações usuais praticadas pelo mercado. A garantia da qualidade mínima da contratação será assegurada mediante a definição de requisitos técnicos objetivos no Termo de Referência, suficientes para preservar a adequação da solução às necessidades da Administração.

Considerando o caráter permanente e contínuo da necessidade pública a ser atendida, cuja interrupção pode comprometer o funcionamento regular das atividades finalísticas e a preservação do patrimônio público, a contratação caracteriza-se como serviço de natureza continuada, indispensável à execução ininterrupta das atribuições institucionais do órgão.

O prazo inicial dos serviços será de 03 (três) anos, contados a partir da assinatura, podendo o contrato ser prorrogado sucessivamente, por interesse da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação, mantidas as condições contratuais e atendidos os requisitos legais aplicáveis.



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantificação do serviço de limpeza é baseada na metragem dos locais de serviço. Conforme Documento de Formalização da Demanda (DFD) em anexo, as áreas a serem contratadas são:

DRF/MNS - Complexo Fazendário de Manaus:

Parâmetros	Área real a ser contratada
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>8.917</b>
a) Pisos frios	8.517
b) Banheiros	400
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>22.993</b>
a) Varrição de passeios e arruamentos	
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>1.170</b>
a) Face externa com exposição e situação de risco	585
b) Face interna	585

DMA/ALF/MNS:

Parâmetros	Área real a ser contratada (DMA)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>2.760</b>
a) Pisos frios	50
b) Almoxarifados/galpões	2.700
c) Banheiros	10
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>2.300</b>
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	2.000
b) Pátios e áreas verdes com média frequência	300
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>16</b>
c) Face externa com exposição e situação de risco	8
d) Face interna	8

ALF/AEG:

Parâmetros	Área real a ser contratada
	<b>AEG</b>
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>2.855</b>
a) Pisos frios	2.655
b) Banheiros	200
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>270</b>
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	270

DRF/MCA:

DRF/MCA	
Parâmetros	Área (M²)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>2.314,12</b>
a) Pisos frios	2.014,12
b) Áreas com espaços livres – saguão, hall e salão	200
c) Banheiros c/ 20% adicional insalubridade (cláusula 10ª § 3º CCT/2024)	100
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>4.593,15</b>
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.593,15
b) Varrição de passeios e arruamentos	1.000
c) Pátios e áreas verdes com alta frequência	1.000
d) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	1.000
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>500</b>
a) Face externa com exposição e situação de risco	220
b) Face interna	280
<b>TOTAL DA ÁREA A SER CONTRATADA</b>	<b>7.407,27</b>

IRF/STN:

IRF/STN	
Parâmetros	Área (M²)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>398,10</b>
a) Pisos frios	298,10
b) Banheiros c/ 20% adicional insalubridade (cláusula 10ª § 3º CCT/2024)	100
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>886,09</b>
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	586,09
b) Varrição de passeios e arruamentos	100
c) Pátios e áreas verdes com alta frequência	100
d) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	100
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>108,75</b>
a) Face externa com exposição e situação de risco	54,30
b) Face interna	54,45
<b>TOTAL DA ÁREA A SER CONTRATADA</b>	<b>1.392,94</b>

IRF/OIA:

IRF/OIA	
Parâmetros	Área (M²)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>1.666</b>
a) Pisos frios	1.055
b) Almoxarifado/Galpões	279
c) Áreas com espaços livres – saguão, hall e salão	202
d) Banheiros	130
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>79.621</b>
e) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.511
f) Varrição de passeios e arruamentos	20.110
g) Pátios e áreas verdes com alta frequência	0
h) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	58.000
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>298</b>
c) Face externa com exposição e situação de risco	149
d) Face interna	149
<b>IV – Roçagem e Capina:</b>	<b>72.000</b>
Roçagem com roçadeira intercostal Produtividade mensal	72.000
<b>TOTAL DA ÁREA A SER CONTRATADA</b>	<b>153.585</b>

DRF/BVT:

DRF/BVT	
Parâmetros	Área (M²)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>1.987,10</b>
a) Pisos frios	1.576,10
b) Áreas com espaços livres – saguão, hall e salão	-
c) Banheiros	411,00
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>1.728,19</b>
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	501,10
b) Varrição de passeios e arruamentos	-
c) Pátios e áreas verdes com alta frequência	1.227,09
d) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	-
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>1.691,70</b>
a) Face externa com exposição e situação de risco	402,60
b) Face externa sem exposição e situação de risco	488,40
c) Face interna	800,70
<b>TOTAL DA ÁREA A SER CONTRATADA</b>	<b>5.406,99</b>

IRF/PAC:

IRF/PAC	
Parâmetros	Área (M²)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>1.505,59</b>
a) Pisos frios	219,75
b) Depósitos	1.092,36
c) Banheiros	193,48
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>3.279,22</b>
d) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	-
e) Varrição de passeios e arruamentos	-
f) Pátios e áreas verdes com média frequência	3.279,22
g) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	-
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>196,08</b>
d) Face externa sem exposição e situação de risco	196,08
e) Face interna	-
<b>TOTAL DA ÁREA A SER CONTRATADA</b>	<b>4.980,89</b>

DRF/BON:

DRF/BON	
Parâmetros	Área (M²)
<b>I – Áreas internas:</b>	<b>496,67</b>
a) Pisos frios	267,23
b) Áreas com espaços livres – saguão, hall e salão	-
c) Depósitos	103,55
d) Banheiros	125,89
<b>II – Áreas externas:</b>	<b>1.748,00</b>
e) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	180,00
f) Varrição de passeios e arruamentos	-
g) Pátios e áreas verdes com média frequência	1.568,00
h) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	-
<b>III – Esquadrias externas (quinzenal):</b>	<b>241,84</b>
i) Face externa sem exposição e situação de risco	241,84
j) Face interna	-
<b>TOTAL DA ÁREA A SER CONTRATADA</b>	<b>2.486,51</b>

A metragem de cada local precisa ser ponderada pela produtividade máxima fixada na Portaria Copol nº 1502, de 05 de fevereiro de 2021, conforme Tabela a seguir:

Tabela 1: Produtividade fixada pela Portaria RFB

Parâmetros	Produtividade
<b>I - Áreas Internas:</b>	
a) Pisos acarpetados	1.200 m²
b) Pisos frios	1.200 m²
c) Laboratórios	450 m²
d) Almoxarifados/galpões	2.500 m²
e) Oficinas	1.800 m²
f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão	1.500 m²
g) Banheiros	300 m²
<b>II - Áreas Externas:</b>	
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	2.700 m²
b) Varrição de passeios e arruamentos	9.000 m²
c) Pátios e áreas verdes com alta frequência	2.700 m²
d) Pátios e áreas verdes com média frequência	2.700 m²
e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência	2.700 m²
f) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	100.000 m²
<b>III - Esquadrias Externas:</b>	
a) Face externa com exposição a situação de risco	160 m²
b) Face externa sem exposição a situação de risco	380 m²
c) Face interna	380 m²
<b>IV - Fachadas Envidraçadas (observada a periodicidade prevista no Projeto Básico)</b>	<b>160 m²</b>

A metragem e a produtividade são inseridas em planilha Excel automatizada que calcula o número de postos/pessoas necessárias para o serviço em cada local. A limpeza das áreas internas e externas é diária, mas nas esquadrias externas é quinzenal, sendo necessário

fazer ajuste no cálculo das esquadrias, multiplicando-se por 16/188,76, conforme Anexo VII-D da IN-MP 05/2017, p. 88, e curso do prof. José Hélio Justo. Ao final, a planilha calcula um número fracionado (ex: 2,88), sendo necessário arredondar da seguinte forma: 1,00 é posto inteiro de 8h; 0,50 é posto de 04 horas; 0,75 é posto de 06 horas. Para realizar esse arredondamento é necessário alterar o valor da produtividade, reduzindo-a preferencialmente apenas no banheiro, conforme destacado em vermelho na planilha.

A quantidade final obtida é exatamente igual à quantidade estimada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) em anexo, conforme segue. Esse quantitativo é estimativo e o contrato vai explicitar somente as áreas a serem limpas.

- **36 Agentes de Limpeza**, sendo 01 de 04 horas diárias em Roraima, 02 de escala 12x36 no Amapá, e 33 de 08 horas diárias nos três Estados (um deles habilitado para operar roçadeira, em Manaus/AM); e
- **01 Encarregado** de 08 horas diárias no Amazonas.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 9.909.569,11**

O valor estimado da contratação para os 03 (três) anos será de **R\$ 9.909.569,11**.

Os preços de referência foram definidos com base em planilha de custos e formação de preços preenchida pela Administração e elaborada de acordo com a IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e seus Anexos, observando também outros normativos correlatos ao assunto, como as Convenções Coletivas de Trabalho que atende cada localidade e a legislação específica de cada município referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) e tarifa do transporte coletivo urbano.

A metodologia para preenchimento e estimação da planilha de custos está demonstrada em relatório próprio intitulado "Pesquisa de Preços", que cumpre integralmente a IN 65/2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Embora seja tecnicamente possível dividir a solução, o parcelamento da contratação não se mostra economicamente nem administrativamente vantajoso no caso concreto. A fragmentação do objeto por item, cargo ou lote acarretaria perda de ganhos de escala e aumento dos custos operacionais, decorrentes da multiplicação de contratos, fornecedores, gestores e fiscais, ampliando o risco de falhas de coordenação, atrasos na execução, inconsistências na prestação dos serviços e perda da responsabilidade técnica (devido a pluralidade de prestadores). Ademais, a pulverização do objeto não assegura melhor aproveitamento do mercado, podendo comprometer a eficiência técnica da execução, em desacordo com os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento consolidado na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) e Acórdão 2796/2013-TCU-Plenário.

(...) A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. Acórdão 2796/2013-TCU-Plenário.

A experiência acumulada pela Administração na gestão de múltiplos contratos evidenciou fragilidades significativas que comprometem a eficiência operacional e expõem o órgão a riscos jurídicos, administrativos e operacionais. A pulverização dos serviços em diversos instrumentos contratuais de pequeno e médio porte resultou em problemas recorrentes de descontinuidade, inadimplência trabalhista e previdenciária por parte de empresas contratadas que não dispunham de capacidade econômico-financeira suficiente para honrar seus compromissos ao longo da execução contratual.

Verificou-se, nessas contratações anteriores, a ocorrência de situações em que empresas sem estrutura organizacional e lastro financeiro adequados, assumiram contratos que posteriormente se revelaram incompatíveis com sua capacidade de execução. Como consequência, a Administração enfrentou interrupções de serviços essenciais, atrasos no pagamento de salários e encargos trabalhistas, reclamações trabalhistas e a necessidade de intervenções administrativas emergenciais para garantir a continuidade mínima das atividades.

Tais ocorrências não apenas comprometeram a regularidade dos serviços prestados, mas também impactaram negativamente os trabalhadores terceirizados, que se viram em situação de vulnerabilidade, e geraram passivos trabalhistas e previdenciários que demandaram significativo esforço administrativo para resolução.

Diante do exposto, a estratégia de unificação da contratação tem por finalidade mitigar os riscos de descontinuidade na prestação dos serviços, recorrentes em contratações pretéritas, bem como superar a fragmentação de cargos e funções atualmente distribuídos em

múltiplos instrumentos contratuais. Ademais, visa reduzir os custos operacionais e administrativos da Administração Pública decorrentes da gestão simultânea de diversos contratos, além de propiciar ganhos de escala e maior eficiência na execução contratual.

A adoção dessa estratégia busca atrair empresas detentoras de capacidade técnica, operacional e, especialmente, econômico-financeira compatível com a complexidade, a abrangência e o volume da demanda. Tal encaminhamento atende à manifestação do demandante, no sentido de que a contratação de maior vulto financeiro impõe requisitos mais robustos de qualificação econômico-financeira, o que contribui para a mitigação do risco de inadimplência, bem como para a redução da probabilidade de interrupções na continuidade dos serviços contratados.

Em suma, a experiência acumulada na gestão dos instrumentos contratuais ora vigentes, identificando ocorrências recorrentes que fundamentam as escolhas técnicas e as exigências definidas neste documento: unificação dos contratos em instrumento único para obtenção de ganhos de escala e redução da carga de fiscalização; exigência de qualificação econômico-financeira robusta com base em maior valor contratual; exigência de atestado correspondente maior número de postos; e vedação à subcontratação.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto desta contratação, uma vez que, embora a presente demanda integre um dos três blocos da estratégia institucional de unificação de instrumentos contratuais de mão de obra terceirizada na 2ª Região Fiscal, cada bloco foi estruturado de forma autônoma e suficiente para atender às respectivas necessidades. O objeto contempla, de maneira integrada, todos os serviços indispensáveis ao seu pleno funcionamento, não havendo dependência técnica, operacional ou funcional de outros contratos para sua efetiva execução. Assim, a contratação revela-se completa e independente, contribuindo para a redução do volume de processos licitatórios, a otimização da fiscalização e a obtenção de ganhos de escala, em consonância com os princípios da continuidade, eficiência e confiabilidade das atividades finalísticas da Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal, em conformidade com o disposto no art. 17 do Decreto nº 10.947/2022 e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. A inclusão da demanda no PCA reflete o planejamento prévio da Administração, assegurando a compatibilidade da contratação com a programação orçamentária e financeira, bem como a observância dos princípios do planejamento, da transparência e da eficiência na gestão das contratações públicas.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a presente contratação, pretende-se alcançar ganhos concretos de economicidade e de eficiência administrativa, por meio da unificação dos serviços de limpeza em um único instrumento contratual, possibilitando a obtenção de ganhos de escala, a redução de custos indiretos de gestão e fiscalização e a racionalização dos processos administrativos. A centralização da contratação contribui para a padronização da execução dos serviços, maior previsibilidade operacional e mitigação de riscos de descontinuidade, assegurando melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis e maior controle sobre a execução contratual.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais, a contratação permitirá que os servidores efetivos permaneçam concentrados nas atividades finalísticas e nas funções típicas de Estado, evitando o desvio de função para atividades operacionais. Ademais, o suporte contínuo e especializado dos serviços terceirizados assegura o uso mais eficiente das instalações, equipamentos e fluxos logísticos das unidades, resultando em maior produtividade institucional, melhor qualidade dos serviços prestados e otimização do emprego dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento consagrados na Lei nº 14.133/2021.

## **13. Providências a serem Adotadas**

A autorização do Subsecretário de que trata o Decreto 10.193/2019 será solicitada em dossiê separado, em paralelo, devido ao valor, sendo que a devida juntada será providenciada em momento oportuno, antes da publicação do Edital.

Não há necessidade de adoção de providências adicionais previamente à celebração do contrato, uma vez que as condições legais, técnicas e administrativas para a contratação encontram-se devidamente atendidas. As rotinas e os procedimentos para acompanhamento, fiscalização e recebimento de serviços terceirizados já estão institucionalizados no âmbito da 2ª Região Fiscal, sendo

plenamente compatíveis com o objeto desta contratação, não se identificando a necessidade de adequações relevantes. Dessa forma, a Administração possui capacidade instalada necessária e suficiente para a gestão contratual, permitindo a formalização do ajuste sem prejuízo à regularidade, à eficiência e à continuidade da execução dos serviços.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução da solução proposta apresenta impactos ambientais de baixa materialidade, associados principalmente ao consumo indireto de recursos naturais, como água tratada e energia elétrica, bem como à geração de resíduos sólidos comuns decorrentes das atividades de limpeza. Não há previsão de impactos ambientais significativos ou de atividades potencialmente poluidoras diretamente relacionadas ao objeto da contratação.

Como medidas mitigadoras, a contratação deverá prever, como obrigações da contratada, a adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, incluindo:

I - Implementação de medidas para evitar o desperdício de água tratada e uso consciente da energia elétrica, observada a legislação estadual ou municipal aplicável;

II - Priorizar uniformes, EPIs e materiais de consumo com maior durabilidade e, quando disponível, com conteúdo reciclado ou reciclável.

III - Fornecimento de equipamentos de segurança adequados aos empregados para a execução dos serviços; e

IV - Realização de programa interno de treinamento dos empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, voltado à redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e da correta segregação de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Deverá, ainda, ser assegurada a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, com destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores, precedida de coleta seletiva, quando aplicável, nos termos da Instrução Normativa MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, da Lei nº 12.305, de 2010, e do Decreto nº 10.936, de 2022, bem como o respeito às Normas Brasileiras – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis à gestão de resíduos sólidos, incluindo as disposições relativas à coleta seletiva e à logística reversa.

## 15. Outros itens de análise

A opção de contratação de mão de obra terceirizada segue padrão institucional, fixado em outros processos da Receita Federal. O objeto da licitação está descrito de forma genérica (nome simples da função e código CBO) e, portanto, não tende a restringir ou limitar a participação de empresas no certame.

A descrição dos serviços terceirizados segue o princípio da padronização, considerada a compatibilidade estética, técnica e de desempenho. Não foi possível usar o Catálogo Eletrônico de Padronização, pois o padrão para este objeto ainda não está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. O objeto se refere a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares para apoio e manutenção de assuntos que constituem área de competência legal deste órgão.

Edital, Termo de Referência e Contrato irão seguir a minuta padrão da PGFN sem alteração relevante, apenas com inserção dos dados básicos do objeto devidamente destacadas em vermelho no arquivo de minuta.

As obrigações das contratadas serão as genéricas da minuta padrão da PGFN, bem como aquelas específicas adicionais extraídas da descrição CBO e dos contratos vigentes. Não será permitido que o terceirizado execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas. O endereço dos locais de prestação de serviços está descrito em Anexo próprio.

Considerando o agrupamento em lote único, o valor do lote ultrapassa o limite de R\$ 80 mil e, portanto, toda a licitação deverá ser “ABERTA” para qualquer empresa em todos os itens, nos termos da Lei Complementar 123/2006, art. 48-I.

Lei Complementar 123/2006. Art. 48 (...) I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A legislação orienta adotar o Sistema de Registro de Preços – SRP sempre que pertinente, mas não é o presente caso, pelo qual o pregão será feito na modalidade tradicional.

Lei 14.133/2021. Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

Decreto 7.892/13. Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A disputa de lances será no modo “aberto e fechado”. Os estudos de Ciências Econômicas sobre teoria dos jogos indicam que o modo de disputa pode influenciar o valor final do lance, induzindo o licitante a ser mais ousado conforme sua percepção sobre os demais participantes. Para simplificação, suponha preço de abertura igual a 100 e só dois participantes. No cenário A, um licitante tem preço mínimo de 70 e outro de 71: a disputa aberta será acirrada e termina em 70. No cenário B, um licitante tem preço mínimo de 70 e outro de 95: a disputa aberta será rápida e termina em 94. No modo fechado, porém, o participante de 70 sempre terá algum incentivo para ousar lance perto do seu mínimo, pelo qual entendeu-se mais prudente adotar esse modelo.

A seleção do fornecedor será pelo critério de menor preço. Optou-se pela divulgação prévia das estimativas de custos para orientar participação das empresas e tentar evitar propostas manifestamente inexequíveis.

Pregoeiro e Equipe de Apoio serão definidos após publicação do Edital com a data efetiva da sessão pública. e a designação vai recair em membro da Equipe de Licitações que não participou da fase de planejamento, conforme art. 3º da Portaria SRRF02: “Art. 3º - Os servidores designados no art. 1º, atuarão como Pregoeiros, assim como podem compor equipe de apoio nos certames licitatórios em que não atuarem como condutor”.

A contratação será por preço global, pois o valor total da empreitada pode ser estabelecido de forma antecipada, contribuindo para maior previsibilidade de custos. Isso facilita o planejamento financeiro, evita surpresas durante a execução do serviço e simplifica a gestão do contrato, pois não há necessidade de monitorar quantidades individuais ou de medir o serviço executado. Isso reduz a burocracia associada ao controle do serviço. Embora o valor esteja “fechado”, a empreitada por preço global pode ser mais flexível em relação à execução do serviço. Caso haja variações nas necessidades de limpeza, o contratado tem mais liberdade para adaptar-se ao contexto, sem necessidade de recalcular preços constantemente. A empreitada por preço global geralmente garante que todos os serviços contratados serão realizados, independentemente do volume ou da quantidade de trabalho necessária. Isso assegura que o contratante receba o serviço completo, conforme o estipulado no contrato. Para o contratante, aumenta a previsibilidade dos recebimentos e sua segurança financeira.

## MELHORIAS

Em comparação aos contratos vigentes, foram feitas as seguintes melhorias: a) prazo contratual de 03 anos; b) habilitação de um agente de limpeza para roçadeira em Manaus/AM; c) aumento do quantitativo de materiais em Roraima; d) transferência de insalubridade no Oiapoque/AP para o posto de operador de roçadeira (CBO 6220-20) no Amapá foi excluído desta licitação para melhor instrução dessa demanda.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de serviço terceirizado comum, solicitado em demanda formal. A pesquisa de preços segue a mesma metodologia de pregões anteriores. O Edital e o Termo de Referência seguem a minuta da PGFN, o padrão de certames anteriores e as descrições de CBO. Há dotação orçamentária. A autorização da autoridade competente será solicitada em separada para juntada em momento oportuno.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, mediante fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, constitui a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para suprir a carência estrutural de pessoal nas unidades da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal. A análise técnica demonstrou que os serviços de Agente de Limpeza e Encarregado caracterizam-se como atividades continuadas essenciais ao funcionamento institucional, cuja interrupção comprometeria gravemente a segurança patrimonial, a saúde e bem-estar de servidores e usuários, a preservação do patrimônio público e o cumprimento da missão constitucional da Receita Federal de arrecadação, fiscalização tributária e controle aduaneiro.

A ausência de quadro funcional próprio para essas atividades-meio, decorrente da inexistência de cargos específicos, aliada à redução progressiva do quantitativo de servidores efetivos por aposentadorias e remoções sem reposição, tem provocado o desvio ineficiente de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários das atividades finalísticas para funções operacionais, configurando alocação inadequada de recursos humanos altamente qualificados e onerosos. A terceirização por dedicação exclusiva de mão de obra elimina custos fixos de manutenção de quadro próprio (encargos permanentes, benefícios, gestão de RH), proporciona flexibilidade operacional, transfere riscos trabalhistas à contratada, permite ganhos de escala pela unificação de três contratos fragmentados em instrumento único, e viabiliza a concentração dos servidores de carreira nas competências típicas de Estado, observando os princípios da eficiência, economicidade e especialização funcional. A estratégia de unificação contratual atende ao interesse público ao reduzir drasticamente o volume de

processos licitatórios e administrativos, otimizar a fiscalização mediante gestão centralizada, garantir padronização de procedimentos e uniformidade de qualidade em toda a região, possibilitar redistribuição ágil de recursos humanos entre unidades conforme demandas operacionais, e mitigar riscos de descontinuidade observados em contratos fragmentados com prazos de vigência próximos ao término. Conclui-se, portanto, pela plena adequação da contratação proposta ao atendimento da necessidade identificada, constituindo-se em medida imprescindível à continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados pela Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal, com observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO AMORIM ANTUNES**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 16:50:25.*